

SOMBRAS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: MARRECA E O REGIMENTO MILITAR DO PARÁ EM CANUDOS*

Gregorio Ferreira Gomes Filho[†]

RESUMO:

Este artigo trata do envio da força policial do estado do Pará para Canudos em 1897, trazendo discussões acerca da participação efetiva da tropa do Regimento Militar do Pará na Guerra, além da obra de Orvácio Marreca, pois, não pode ser deixado de lado por aqueles que lêem e pesquisam sobre o tema da Guerra de Canudos e a participação paraense no conflito, tentando responder o porquê de permanecer desconhecido ainda hoje, sendo grande sua importância em se tratando de obras escritas por homens que presenciaram aquela guerra em 1897.

Palavras-chave: Pará, polícia, Canudos.

O episódio da Guerra de Canudos já foi documentado dezenas de vezes, e nem por isso deixou de ser um dos temas mais interessantes da historiografia brasileira. No entanto, o que nos interessa para este trabalho é a participação do Regimento Militar do Pará no conflito. E dentro desta participação, a obra de Orvácio Deolindo da Cunha Marreca (MARRECA, 1937), o único paraense que presenciou os acontecimentos da Polícia do Pará na Bahia e os registrou em suas obras.

Mais precisamente, o que pretendemos é analisar os acontecimentos em torno da participação efetiva da tropa paraense nos combates, e sobre Marreca, entender por que sua obra permanece desconhecida no Pará e na Amazônia, já que é um autor regional e por mais de 24 anos fez parte do efetivo da Polícia Militar do Pará.

Consideramos fundamental lançar luz sobre este autor já que, de fato, muitos desconhecem a participação do Regimento Militar do Pará, ou do Amazonas, na Guerra de Canudos, e mais ainda, que existe um autor paraense que esteve no teatro de operações, e sua obra, enquanto memória da Guerra de Canudos, pode ser considerada tão importante quanto qualquer outra, ou talvez mais, àqueles que desejam entender o episódio que levou a Força

* Este artigo teve origem a partir da Monografia de conclusão de curso apresentada à Universidade Federal do Pará como instrumento de avaliação do Curso de Bacharelado e Licenciatura Plena em História sob orientação do Prof. Dr. William Gaia Farias e foi apresentado com algumas modificações na IV Semana de História da Universidade Federal de Roraima, de 09 a 11 de outubro de 2007.

[†] Graduado em Bacharelado e Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Pará e aluno do Curso de Especialização em História Regional da Universidade Federal de Roraima.

Policial do Pará ao distante sertão baiano.

Essa Memória à qual nos referimos, é aquela do sentido colocado por Von Simson (VON SIMSON, 2004:11), que afirma que “memória é a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações através de diferentes suportes empíricos (...)”.

1. SOMBRAS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: ORVÁCIO DEOLINDO DA CUNHA MARRECA

Orvácio Marreca foi oficial da Polícia Militar do Pará, e o único que fez parte do efetivo da corporação que foi à Guerra de Canudos a escrever uma obra nesse estado. Ou seja, respeitada a maneira como escreve sua obra, podemos analisar, por meio de suas obras, uma exclusivamente sobre a campanha de Canudos e outra sobre a Polícia do Pará, os acontecimentos nos confins do sertão baiano com a tropa paraense.



Orvácio Deolindo da Cunha Marreca (MARRECA, 1937:7)

De fato, devemos levar em consideração sua formação intelectual e sócio-cultural para entender as impressões que ficaram em suas obras. Outros autores que estiveram em Canudos também escreveram sobre o tema, tais como: Henrique Duque-Estrada de Macedo Soares (SOARES, 1985), Dantas Barreto e Manuel Benício, mas nenhum deles tem o destaque de Euclides da Cunha na história e na literatura brasileira, ou é paraense como Marreca.

Não pretendemos aqui compará-lo a Euclides da Cunha, o que não seria tarefa das mais fáceis, afinal, todo aquele que inicia sua leitura sobre a saga de Antonio Vicente Mendes Maciel e sua comunidade de sertanejos, obrigatoriamente, vai se deparar, em algum momento, com *Os Sertões*. Pretendemos buscar condições de mostrar que no Pará também temos obras produzidas por um homem que esteve em combate, que não escrevia com a destreza, profundidade, brilhantismo e audácia de Euclides, é fato, mas nos legou uma obra importante para a pesquisa sobre a participação da Amazônia na Guerra.

Dessa forma, Marreca não pode ser deixado de lado por aqueles que pesquisam sobre essa temática e a participação paraense, e amazônica, no conflito. Enfim, discutiremos este autor que permanece desconhecido ainda hoje, sendo grande sua importância em se tratando de obras escritas por homens que presenciaram a guerra civil que sacudiu o Brasil em 1897.

Orvácio Marreca fez parte da Brigada de Infantaria do Regimento Militar do Pará que combateu em Canudos como Alferes, Secretário do 1º Corpo de Infantaria, sendo promovido no retorno à Belém ao posto de Tenente, por bravura. Serviu na força policial do Pará por quase 30 anos e foi reformado no posto de Tenente-Coronel.

Na imagem da página anterior, retirada de *A Milícia Paraense e a Sua Heróica Atuação na Guerra de Canudos*, mostra o autor em uniforme da Polícia Militar no posto de Tenente-Coronel e utilizando suas condecorações, e o cinto na diagonal significa que estava armado, o que pode significar um dia de formatura comemorativa, ou que tenha se uniformizado para a foto.

A primeira obra de Marreca sobre o tema, só foi publicada em 1937, ou seja, 40 anos depois de terminada a guerra. Não podemos precisar o motivo da demora, enquanto diversas obras de militares e correspondentes de jornais que estiveram no sertão da Bahia já estavam publicadas.

Segundo o próprio Orvácio Marreca, no prólogo de sua obra,

Escoam-se hoje na morosa ampulheta do tempo 40 annos que a Milícia paraense recebeu, nos inhospitos sertões da Bahia o seu baptismo de sangue.

Algo se tem escripto sobre o glorioso feito de 25 de Setembro, aliás com graves infidelidades e clamorosos senões.

Sobre a historia propriamente dita da marcha, actuação e volta de nossa milícia, ainda não se disse uma palavra sequer.

Para que não continue portanto a figurar na Historia Militar Paraense, como verdadeiros, pontos inteiramente falsos, e para que sejam reparados senões verdadeiramente prejudiciaes é que, com toda isenção de animo e procurando narrar os factos com a máxima fidelidade, lançando em publico, como testemunha ocular que fomos, dos trágicos acontecimentos, a descrição de tão gloriosa jornada (MARRECA, 1937:13).

Em sua segunda obra, *Histórico da Polícia Militar do Pará: Desde seu início (1820) até 31 de dezembro de 1939*, Marreca nos informa, logo no início, que foi de sua autoria por ordem do Coronel Rômulo Silveira Junior, comandante da corporação em 1939. Assim, não podemos precisar se a primeira vez que escreveu sobre o tema estava realmente preocupado em esclarecer alguns fatos ocorridos na jornada do Regimento na Bahia, ou se foi induzido por outra pessoa.

Como sugere o título, a segunda obra de Marreca conta a história da Polícia Militar do Pará até o momento em que escreve, ano a ano, e seus escritos sobre Canudos são bastante parecidos com os da primeira obra, exceção feita à inclusão de alguns documentos importantes. Por outro lado, sua primeira obra é bastante reveladora sobre sua forma de ver Canudos e a guerra da qual participou. Lembremos aqui que escreveu seu livro baseado em suas memórias e documentos primários, como os livros de detalhe da Polícia para lembrar-se de alguns nomes de companheiros de campanha.

A obra de Marreca é muito rica em detalhes sobre a expedição, principalmente sobre o embarque, os itinerários, os combates e o regresso. Mas, não se resume a isto. Nela, por diversas vezes interrompe seus relatos militares para descrever em seus diversos aspectos algumas localidades pelas quais passaram, o principal exemplo é Monte Santo:

Prespectiva encantadora e surprehendente, a de Monte Santo, no sopé da serrania demora aquella villa sertaneja, tendo sua parte mais importante num largo perfeitamente retangular.

Embora decadente e quase abandonada, com suas ruas sem sahida, contra a serra, Monte Santo vive das reações maravilhosas da luz.

Frei Apolônio de Todí construiu a 1ª Capella por achar a montanha semelhante ao Calvário de Jerusalém, isto em fins do século XVIII. As capelinhas de alvenaria, que são 25, tão brancas ao longe e que por sua vez se apresentam descoradas e sujas a approximação do visitante, encerram em seu seio uma a uma painéis seculares dos passos martyriologicos de Christo (MARRECA, 1937:20).

O tratamento dispensado aos moradores de Canudos não difere do divulgado pela imprensa da capital paraense, tratando-os sempre de “jaguços”, e em determinado trecho encontramos esta descrição: “Os jaguços de phisionomia sinistra, bustos denudados,

esqueléticos com a fealdade typica dos fracos e o heroísmo característico do brasileiro (...)” (MARRECA, 1937:38). Aparece também sua leitura da obra de Euclides da Cunha como o próprio autor chega a citar em sua obra e, além disso, a partir do trecho acima, podemos perceber que Marreca compartilhava das teorias evolucionistas de Euclides.

Apesar de seus relatos serem amplamente utilizados por Moraes Rego (REGO, 1965), o estilo de Marreca é superior em estética, sendo Rego preso aos aspectos militares propriamente ditos. Marreca é mais rico em detalhes sobre os personagens participantes dos combates, no entanto, apenas daqueles que estavam do mesmo lado da trincheira. Sendo mais envolvente, levando o leitor a uma verdadeira jornada pelos campos de combate do sertão baiano, certamente facilitado pelo fato de ter presenciado os combates efetivamente.

Assim, vejamos o combate de 25 de setembro:

Crepitavam os tiroteios ininterruptos, zuniam as balas esfusiantes, do outro lado, estrepitava feroz, continua ensurdecadora a trabucada, as lazarinas ligeiras, os baçamartes boccas de sino e as manuliches dos guerrilheiros conselheiristas.

As baixas, avultavam, o leito do rio já se achava juncado de cadáveres, o heróico Cap. Cordeiro ao ver recrudescer o combate, se colocara a frente de sua companhia, onde um projectil dum trabuco inimigo transpassou-lhe o peito atirando-o ao sollo instantaneamente morto apesar de procurar amparal-o, pegando num de seus braços, o Te. Rosa Chaves (MARRECA, 1937:27).

Aqui fica claro uma outra tendência do autor, a de tratar como heróis todos os militares do seu Regimento, mas principalmente os oficiais, e entre estes, em especial, o Tenente-Coronel Fontoura. A obra parece até ser dedicada ao patrono da Polícia do Pará, tendo nesta, após a fotografia do autor, a fotografia de Fontoura. Mas, o mais importante é a maneira como Marreca trata o patrono, como escrito nos relatos do combate de 25 de setembro. Sobre Fontoura, após o Coronel Sotero ser ferido e retirado dos combates, afirma:

O brioso official, cheio de pudonor, sentindo cair sobre seus hombros o peso de tão arriscada empresa, como paraense nato que era, transfigurou-se e desembainhando a espada e tomando uma resolução singularmente stoica foi postar-se no centro do Vasa-barris, no lugar mais perigoso no momento.

Concitou dalli as praças a enfrentarem o inimigo, cumprindo assim o seu dever de assaltantes, dando em seguida um viva ao Pará, que foi correspondido entusiasticamente (MARRECA, 1937:28).

O objetivo de Marreca se não era dedicar a obra a Fontoura, pelo menos justificar sua escolha para patrono da Polícia Militar. Tentou justificar mesmo o que levou Fontoura a desobedecer a ordem de Artur Oscar de abandonar as posições conquistadas no combate de 25 de setembro. E, além disso, justificar o envio da tropa paraense ao campo de batalha

transformando o combate do qual participou no decisivo para a vitória das forças governistas,

O Combate de 25 de Setembro, abandonado-se a análise dos detalhes e encarando-o, em síntese, nas suas conseqüências geraes, patenteia exuberantemente o excellent resultado obtido e a incontestável importância do acontecimento (MARRECA, 1937:35).

Tentando justificar o envolvimento, e importância, do Regimento do Pará em Canudos, ainda dá especial destaque às comemorações, homenagens e condecorações recebidas pela tropa paraense na Bahia e no Pará. Transcrevendo numerosa quantidade de publicações em jornais da Bahia sobre a participação da Polícia do Pará na guerra.

É importante que se conheça um autor paraense que por décadas, ou desde os trabalhos de Orlando Moraes Rego não é utilizado na íntegra, exceção feita no artigo de Theodoro Rodrigues. A situação das obras de Marreca são o inverso das de Euclides, que foram lidas e relidas centenas de vezes por outros autores. Euclides serviu de base para a maioria das obras sobre Canudos. Como visto, as contribuições de Marreca são indispensáveis à construção de qualquer trabalho sobre Canudos e o envolvimento do Pará.

Os motivos que levaram Marreca a ficar esquecido, enquanto Euclides da Cunha ganhava a glória de ser eternizado pela Academia Brasileira de Letras, são diversos, a começar pelo local de onde escreviam. Euclides escrevia no Sudeste, suas obras foram publicadas nessa região, além de escrever em um dos principais jornais de São Paulo, já então como uma cidade que estava no centro decisório dos destinos políticos do Brasil. O fato de ter sido correspondente de guerra já trazia a Euclides grande notoriedade. Enquanto Marreca escreveu no Pará, periferia do circuito intelectual brasileiro.

Os Sertões agradou desde seu lançamento, o principal motivo foi o estilo adotado por Euclides para escrever a obra, em formato literário e carregado de cientificismo baseado no positivismo e no darwinismo social, idéias presentes nos círculos que discutiam as ciências no final do século XIX. Isso agradava a intelectualidade das grandes cidades do Sudeste, Rio de Janeiro e São Paulo, tanto que o autor virou membro da ABL e foi convidado, posteriormente, para fazer parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ao enveredar pelas páginas do livro, não há como não passar pelo pensamento científico de Euclides, presente em suas análises sobre o sertão e sua gente comparando-os com a região costeira.

Marreca, ao contrário de Euclides, escreve só 40 anos depois do episódio, o cientificismo presente em sua obra é baseado nas idéias de *Os Sertões*. Permaneceu na escuridão, provavelmente, pelo fato de ser militar e ter escrito sua obra em 1937, ano em que

se vivia no Brasil a Era Vargas, governo ditatorial, nacionalista e militarizado, em que o autor carrega sua obra de elogios que exaltam os militares em seus “heróicos” feitos. Acabado o governo Vargas, e após quase 20 anos, tivemos um período de governos militares, que durou cerca de 21 anos e deixou marcas profundas na sociedade brasileira, principalmente nos movimentos de esquerda.

As obras escritas por militares, durante algum tempo, foram repudiadas, servindo para comprovar seu pensamento autoritário e conservador, mas que agora com os novos estudos sobre História Militar estão ganhando mais espaço e sendo relidas por autores como Celso Castro e José Murilo de Carvalho, na busca do perfil social dos militares e a lógica das corporações. Por este ser um momento em que estamos procurando respostas para os questionamentos levantados pela nova História Militar, é certamente o momento ideal para lançarmos luz sobre as obras de Orvácio Deolindo da Cunha Marreca.

2. A FORÇA POLICIAL DO PARÁ VAI À GUERRA

Quando do envio da Polícia Militar do Pará para a Bahia, em 1897, a situação econômica do sertão nordestino era completamente distinta da encontrada nas capitais da região amazônica, Belém e Manaus. Eram os tempos áureos da produção da borracha, com os *boulevards* e casas de produtos importados diretamente da Europa.

Assim, segundo Farias (FARIAS, 2005:21), entre os republicanos do Pará, ligados ao jornal *A República*, encontrava-se o médico José Paes de Carvalho, que em 1897 era o Governador do Estado, o que já nos parece um motivo comprovador de sua colaboração com o Governo Central do Rio de Janeiro.

Sendo republicano, o governador não tinha porque não apoiar as decisões da Presidência da República, se esta lutava contra algo que “pretendia derrubar o regime”, e com este os ideais republicanos de seu papel evolucionista e civilizador. Desta forma, o governador solicita ao Senado Estadual (a Constituição da época colocava nos Estados da Federação a mesma estrutura legislativa do Governo Federal, sendo constituída de Câmara dos Deputados e Senado Estadual) o envio de tropas da Polícia do Pará em auxílio as forças do Exército em março de 1897 (LIVRO DE ATAS DA CÂMARA DOS SENADORES, 1897:30).

No entanto, as tropas dos Estados do Norte só serão aceitas em julho de 1897, devido ao quase esgotamento total da Quarta Expedição, comandada pelo General Artur Oscar,

necessitando de reforços em se tratando de efetivo militar, pois estava paralisada em seu poder de combate (A REPÚBLICA, 30 jul. 1897:1).

Mas, nesta discussão não podemos deixar de lado o papel da Forças Armadas e da Polícia Militar. Nestes primeiros anos da República, a presença dos militares na política é uma constante, tanto que o Vice-Governador do Pará, em 1897, era o Major Antonio Baena. No início da República, os militares passam a ser uma força política considerável e reconhecida pelos civis, e estavam presentes em praticamente todas as esferas decisórias.

Analisando seu papel, podemos verificar que, muito provavelmente, a alta cúpula da Polícia paraense era amplamente a favor do envio da tropa para Canudos. Não encontramos vozes na imprensa ou documentação oficial que comprovasse qualquer posicionamento contra. E pensando o contexto político do Brasil do final do século XIX, ao se destacar num conflito como aquele, de ampla repercussão nacional, os oficiais superiores pretendiam também se projetar politicamente, ganhando espaço na imprensa.

Ao final das discussões da necessidade de envio da força policial à Canudos para apoiar o exército nacional, em 29 de julho de 1897, o comandante do Regimento, Coronel José Sotero de Menezes, recebeu ordem do Governador para preparar sua Brigada de Infantaria, que era composta pelos 1º e 2º Corpos, para embarcar com destino a Bahia, o que aconteceu em 5 de agosto, às 14:00 horas, no vapor “Pernambuco”, do Lloyd Brasileiro (REGO, 1967:9 – 10).

A força policial do Pará que foi a Canudos sob o comando de Sotero de Menezes possuía um efetivo total de “547 homens (combatentes), inclusive 39 oficiais com 2 médicos e as respectivas ambulâncias; fardados de acordo com a tabela em vigor, equipados, municados e armados com fuzis ‘mauser’ Cal. 7mm” (REGO, 1967:10).

Estes são dados importantes e devem ser levados em consideração ao compararmos com os do Estado do Amazonas, que mandou um Batalhão de Infantaria, sob o comando do Tenente-Coronel Cândido José Mariano, com efetivo total de 273 homens, e armados do “armamento sistema Comblain, que levava do Amazonas, tendo recebido igual numero de armas *Mauser*, de 8mm de calibre, de repetição, modelo adotado para uso da Infantaria do Exército Nacional” (MARIANO, 1998:16), troca feita no Arsenal de Guerra da Bahia. O fuzil *Mauser* modelo 1895 era uma arma de repetição de calibre 7mm, o mais moderno em 1897, e já conduzido pela Brigada Militar do Pará.

Houve muitas deserções antes do embarque da tropa paraense, e depois de sua chegada ao teatro de operações (REGO, 1981:112), e é importante que se perceba o clima vivido

naqueles dias de agosto de 1897, afinal três expedições militares já haviam sido derrotadas pelas forças de Antonio Conselheiro, acostumadas as agruras do sertão, e a Quarta estava correndo sério perigo. Provavelmente muitos homens não queriam seguir para o que poderia ser a morte certa, e deixar suas famílias sem amparo. Existia o clima de euforia republicana sim, mas nem todos pensavam da mesma forma. Pode-se levantar também a possibilidade de transgressão disciplinar por parte dos soldados, preferindo desertar a serem punidos de acordo com os regulamentos disciplinares, à época bastante rigorosos.

Para fazer a segurança da cidade enquanto a Brigada de Infantaria estivesse fora, foi criada, através do Decreto nº 465, de 30 de julho de 1897, uma Guarda Cívica, que foi extinta em 10 de novembro de 1897, após o retorno dos 1º e 2º Corpos de Infantaria da Bahia (REGO, 1981:112).

A Brigada do Pará, em 16 de agosto finalmente chegou a Salvador, onde se preparou e aguardou a ordem para partir para Canudos, o que aconteceu em 21 de agosto, chegando a Queimadas em 22 (REGO, 1967:13). De Monte Santo, partiam para o destino final em 13 de setembro, atravessando um terreno inóspito e uma vegetação agressiva onde, em Caldeirão, encontram Euclides da Cunha colhendo informações que fariam parte sua obra (MARRECA, 1937:22). Euclides, para seguir em segurança, acompanhou o Batalhão do Amazonas, cujo comandante, Tenente-Coronel Cândido Mariano, fora seu colega na Escola Militar da Corte (MENDONÇA, 1998:31).

A tropa paraense chegou no dia 16 em Canudos, passando a integrar, juntamente com a Polícia do Amazonas, a 2ª Brigada, da 2ª Coluna, da Divisão Auxiliar, comandada pelo General Carlos Eugênio Andrade Guimarães (REGO, 1967:17), irmão do General Artur Oscar. A Divisão Auxiliar ainda contava com o Batalhão de Polícia de São Paulo, o 22º, o 24º, o 37º e 38º de Infantaria do Exército (MARRECA, 1937:24).

O 1º Corpo acampou nas posições da Favela, distante três quilômetros de Canudos e principal acesso dos militares ao arraial (MARRECA, 1937:24). O 2º Corpo, com o Estado-Maior e Corpo de Saúde, foi guarnecer as trincheiras do ponto fortificado da Fazenda Velha e do Pico, distantes 1200 metros de Canudos (REGO, 1967:17). Essas posições mantiveram-se praticamente inalteradas, com exceção do 2º Corpo que teve que ser deslocado mais para leste em 24 de setembro, por estarem sendo feridos alguns militares por tiros conselheiristas.

A primeira atividade de combate do Regimento do Pará só ocorreu em 25 de setembro, e é tal sua importância para a história da Polícia paraense, que o patrono da corporação, Coronel Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura, conseguiu este título por ter se destacado

neste dia de combate.

Ao final deste combate, o saldo de baixas da Brigada do Pará foi de 54 homens, sendo que destes, 19 foram mortos. Os mortos foram sepultados em Canudos e colocada uma cruz com os dizeres: “Aqui jazem o Capitão Manoel Baptista Cordeiro, e os praças do Regimento Militar do Pará, mortos em combate de 25 de setembro de 1897”. (MARRECA, 1937:35).

Segundo Mendonça (MENDONÇA, 1998:31), a ação das tropas policiais do Norte descumpriram ordens do Comando Geral em seu plano de combate, mas serviram para cercar definitivamente Canudos. Os comandantes apesar de elogiados ostensivamente, foram repreendidos separadamente por Artur Oscar.

Saindo deste combate como “herói”, Fontoura foi transformado em Patrono da Polícia Militar do Pará, devido a sua liderança em combate. A tropa paraense ainda participou dos combates de 1º de outubro, determinado pelo General Artur Oscar, quando foi designada para ocupar posições a Noroeste da barranca esquerda do Rio Vaza-Barris, a retaguarda da ala direita da Polícia de São Paulo, do 5º de Polícia da Bahia e 26º do Exército.

Após o ataque suspenso, restou um saldo de 6 baixas na Brigada do Pará, entre as quais 3 mortos. Canudos só caiu em 5 de outubro, e o 1º Corpo foi designado, junto com o 12º do Exército, para fazer a guarda dos prisioneiros, onde foi “autorizada a criminosa degola de muitos deles, pelo Comando Geral das Operações” (REGO, 1967:33). Fato, denunciado posteriormente com indignação por diversos setores sociais, deve ter sido cumprida, com certeza, por muitos policiais paraenses, sem, no entanto, terem sido denunciados no Pará por este crime, preferindo o governador torná-los heróis, buscando justificar o envio de sua força policial para a Bahia, uma vez que não foi sendo alcançado o objetivo do governo paraense de alcançar um destaque político nacional maior, pois não contava com a péssima repercussão do episódio a nível nacional, o que fez com o Executivo Federal colocasse a culpa no Exército.

A foto abaixo foi retirada após o combate de 25 de setembro de 1897, que ficaria definitivamente na memória dos militares que dele participaram e da corporação. É interessante observar a falta de homogeneidade nos uniformes da tropa que, desde agosto nos sertões, tentava adaptar-se ao clima hostil.



Brigada Policial do Pará no acampamento de Canudos depois do Combate de 25 de Setembro de 1897

Força Policial do Pará em Canudos (REGO, 1981)

A ordem para retirar-se veio, para o Regimento Militar do Pará, em 7 de outubro, partindo então em 8 de outubro de Canudos, e chega a Salvador em 16 às 14:45 horas. Foi recebida com festa, como todas as tropas que chegavam do sertão. No dia 23 de outubro, às 11:00 horas, embarcaram no vapor “Planeta”, do Lloyd Brasileiro, para Belém, onde chegavam em 4 de novembro com uma estrondosa recepção (REGO, 1967:39).

Segundo Marreca (MARRECA, 1937:54), houvera desfile da tropa e muitas homenagens, mas não só de festa se resumiram os acontecimentos após a chegada do Regimento Militar do Pará. Houve protestos também, como as numerosas vezes por todo o país contra as injustiças e crueldades cometidas pelas tropas governistas em Canudos, degolando sem julgamento, massacrando sem distinção de cor, sexo ou idade.

Os protestos que ecoaram, principalmente na Capital Federal, não foram assimilados completamente em Belém. Após a Guerra de Canudos, a reputação do comandante-em-chefe das tropas, General Artur Oscar, e do Exército estariam irremediavelmente manchadas. O Exército só conseguiria se reerguer deste episódio quase 30 anos depois, antes da “Revolução de 30”. Sugerido pelo General Artur Oscar ao congresso uma condecoração aos combatentes do Exército que lutaram em Canudos, foi severamente repreendido pelo Ministro da Guerra, General Cantuária, por não haver motivos para se comemorar uma guerra onde morreram irmãos que lutavam de lados distintos (GALVÃO, 2001:97).

O mesmo não aconteceu com a Polícia do Pará, onde vários militares foram promovidos pelo Governo do Estado por bravura (MARRECA, 1937:49). Ainda hoje a polícia do Pará cultua sua atuação na Guerra de Canudos, tendo como patrono o Tenente-

Coronel Fontoura e citando Canudos na canção da corporação (<<http://www.pm.pa.gov.br/>>).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Canudos, como visto, faz parte da história da Amazônia, e, infelizmente, muitos não sabem disso. Ignoram uma página importante da história, da qual fez parte os Estados do Norte, participando ativamente através de sua elite política e com a totalidade da Infantaria de sua força policial, onde vidas foram ceifadas.

Muitos não sabem que o nome do Bairro Canudos, localizado na zona leste da cidade de Belém, é uma homenagem à presença da Polícia do Pará naquele conflito (CRUZ, 1992:29). Ou que a atual Avenida 25 de Setembro, até 16 de dezembro de 1897, se chamava Rua Conde D'Eu. (CRUZ, 1992:87).

Quanto às discussões em torno do envio da tropa ao sertão da Bahia, os gastos foram imensos, talvez só menores que os gastos do Estado da Bahia. Mas o Pará fez jus ao seu destaque econômico no período inicial da República, arcando com todas as despesas de enviar sua força policial ao sertão da Bahia.

A história da Polícia Militar do Pará, ou do Amazonas, e suas ligações com a política são um campo que se abre aos horizontes dos historiadores que pretendem se aprofundar na História Militar. Muito ainda se tem por descobrir sobre essas corporações, sua lógica principalmente.

Como prova a obra de Marreca, os militares, na história, devem ser considerados um tema tão importante quanto qualquer outro. Não se nega que erros foram cometidos em Canudos pelas tropas que se encontravam combatendo os conselheiristas, como aconteceu por diversas vezes em nossa história, resta-nos entender estes processos e ampliar nossos conhecimentos.

BIBLIOGRAFIA

A Folha do Norte. Belém. Julho a Dezembro de 1897.

A República. Belém. Janeiro a Dezembro de 1897.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: Significado Histórico de suas Denominações*. 2. Ed. Belém: CEJUP, 1992.

CUNHA, Euclides da. *Canudos: Diário de uma Expedição*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

_____. *Os Sertões*. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

FARIAS, William Gaia. *A Construção da República no Pará (1886 – 1897)*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2005.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *O Império do Belo Monte: Vida e Morte de Canudos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

GOMES FILHO, Gregorio Ferreira. *Extremos da historiografia brasileira: Marreca e o Regimento Militar do Pará na campanha de Canudos*. Monografia (Bacharelado e Licenciatura Plena em História). Universidade Federal do Pará. Belém, 2006.

Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Pará. Livro de Atas da Câmara dos Senadores do ano de 1897, p. 30.

Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Pará. Relatório do Corpo de Polícia Paraense de 1897.

MARIANO, Cândido José. *A Força Pública do Amazonas em Canudos*. Relatório do Tenente-Coronel Cândido José Mariano, Apresentação de Roberto Mendonça. 4. Ed. Recife: Massangana, 1998.

MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. *A Milícia Paraense e a Sua Heróica Atuação na Guerra de Canudos*. Belém: Guajarina, 1937.

_____. *Histórico da Polícia Militar do Pará: Desde seu Início (1820) até 31 de dezembro de 1939*. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1940.

MARTINS, Paulo Emilio Matos. *A Amazônia na Campanha de Canudos*. Revista Nosso Pará, Belém, Ver Editora, out. 1997.

MAUCH, Cláudia. *Ordem Pública e Moralidade: Imprensa e Policiamento Urbano em Porto Alegre na Década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004. pp. 25 – 68.

MENDONÇA, Roberto. *Notas elaboradas*. In: MARIANO, Cândido José. *A Força Pública do Amazonas em Canudos*. Relatório do Tenente-Coronel Cândido José Mariano, 4. Ed. Recife: Massangana, 1998.

MONIZ, Edmundo. *A Guerra Social de Canudos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MONTEIRO, Welton Luiz Araújo. *Em Defesa da República: O Regimento Militar do Pará na Guerra de Canudos*. Monografia (Bacharelado e Licenciatura Plena em História). Universidade Federal do Pará. Belém. 2005.

OLIVEIRA, Ricardo de. *Euclides da Cunha, “Os Sertões” e a Invenção do Brasil Profundo*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 22, nº 44, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 22 Maio 2006.

O Apologista Christão Brasileiro. Belém. Maio a Dezembro de 1897.

REGO, Orlando L. M. de Moraes. *A Brigada Policial do Pará na Campanha de Canudos*. Belém: Falângola, 1965.

_____. *História da Milícia Paraense na campanha de Canudos*. Belém: Imp. Universitária, 1967.

_____. *Retrospecto Histórico da Polícia Militar do Estado do Pará (1822 –1930)*. Belém: IHGB, 1981. pp. 97 – 139.

RODRIGUES, Theodoro. *O Pará na Guerra de Canudos*. Revista Nosso Pará, Belém, Ver Editora, out. 1997.

SOARES. Henrique Duque-Estrada de Macedo. *A Guerra de Canudos*. 3. Ed. [Rio de Janeiro]: Philobiblion: [Brasília]: INL, [1985].

VENTURA, Roberto. *Canudos como Cidade Ilustrada: Euclides da Cunha na “Urbs” Monstruosa*. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 40, nº 1, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 22 Maio 2006.

VIANA, Artur. *Diário do Regimento Militar do Pará na Guerra de Canudos: Extraído do Jornal do Comercio, Edições de 13 de janeiro a 05 de fevereiro de 1904*. In: REGO, Clovis Moraes. *Arthur Viana: Contribuição à História da Cadeira Nr 8 do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Belém: Imprensa do Estado, 1971. pp. 272 – 304.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. *Memória, Cultura e Poder na sociedade do esquecimento*. In: *Margens: Revista Interdisciplinar do Núcleo de Pesquisa – CUBT/UFPA – Dossiê Memória & Oralidade*. Abaetetuba, (01) 2004.

<<http://www.pm.pa.gov.br/>>